

EMPODERAMENTO OU MUDANÇA DE SITUAÇÃO FINANCEIRA? UM ESTUDO COM BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

***EMPOWERMENT OR A CHANGE IN FINANCIAL SITUATION?
A STUDY ON FEMALE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM BENEFICIARIES***

***EMPODERAMIENTO O CAMBIO DE SITUACIÓN FINANCIERA?
UN ESTUDIO CON BENEFICIARIAS DEL PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA***

RESUMO

Com base nas políticas públicas brasileiras quanto ao empoderamento no contexto das relações de gênero, buscou-se analisar se o Programa Bolsa Família (PBF) impacta o empoderamento de mulheres beneficiárias em um município mineiro, na percepção delas. Esta pesquisa caracterizou-se como descritiva, de campo, com abordagem qualitativa, tendo como unidade de análise mulheres beneficiárias desse programa e como sujeitos da pesquisa 12 beneficiárias. Revelou-se que as mudanças desencadeadas pelo PBF na vida das mulheres restringiram-se a melhorias em sua situação financeira e no consumo das famílias, além de lhes garantir certa independência financeira. Observou-se que as oportunidades de emprego dessas mulheres ainda são pequenas, mas não há uma movimentação delas para reduzir essa condição de desigualdade. Assim, concluiu-se que o PBF não trouxe empoderamento no sentido amplo para as beneficiárias.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, empoderamento, Programa Bolsa Família, beneficiárias, empoderamento econômico.

Valeria Rezende Freitas Barros - valeria.barros@unihorizontes.br

Mestre em Administração pela Faculdade Novos Horizontes – Belo Horizonte – MG, Brasil

Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo - lenemelo@unihorizontes.br

Diretora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Faculdade Novos Horizontes – Belo Horizonte – MG, Brasil

Artigo submetido no dia 19.11.2015 e aprovado em 09.09.2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v21n70.57697>

Abstract

Looking at Brazilian public policies on empowerment in the context of gender relations, we sought to examine whether the Bolsa Família Program impacts the empowerment of female beneficiaries in a mining town through how they are perceived. This research can be characterized as a descriptive field study with a qualitative approach, with the unit of analysis being female beneficiaries of the Bolsa Família Program and the research subjects being 12 beneficiaries. It was found that the changes triggered by the Bolsa Família Program in women's lives were restricted to improvements in their financial situation and household consumption, and they ensured some financial independence for women. It was observed that the employment opportunities for these women are still small, but there is nothing driving them to reduce this inequality. Thus, it was concluded that, in a broad sense, the Bolsa Família Program has empowered female beneficiaries.

Keywords: Genre, empowerment, Bolsa Família Program, beneficiaries, economic empowerment.

Resumen

A partir de las políticas públicas brasileñas sobre el empoderamiento en el contexto de las relaciones de género, hemos tratado de examinar si el Programa Bolsa Familia (PBF) impacta en el empoderamiento de las mujeres beneficiarias en un pueblo minero en la percepción de ellos. Esta investigación se caracterizó como campo descriptivo con enfoque cualitativo, con la unidad de los beneficiarios análisis femeninos del Programa Bolsa Familia y como sujetos de investigación 12 beneficiarios. Se puso de manifiesto que los cambios provocados por el programa Bolsa Família en la vida de las mujeres se limitaban a la mejora de su situación y de los hogares en el consumo financiero y garantizar cierta independencia económica para las mujeres. Se observó que las oportunidades de empleo de estas mujeres son aún pequeñas, pero no hay ninguna unidad a reducir esta desigualdad de condiciones. Por lo tanto, se concluyó que el Programa Bolsa Família ha traído empoderamiento en el sentido amplio para el beneficiario.

Palabras clave: Género, empoderamiento, Programa Bolsa Família, beneficiarios, empoderamiento económico.

INTRODUÇÃO

As desigualdades de renda e o grau de pobreza configuram-se como os principais desafios a serem superados pelos países em desenvolvimento (Amaral & Monteiro, 2013). Nas últimas décadas, tendo em vista o processo de globalização, observou-se o aumento significativo da exclusão social e da pobreza absoluta. “Existem quase 3 bilhões de pessoas vivendo com menos de US\$ 2,00 por dia, das quais 70% são mulheres, a grande maioria residente em países de Terceiro Mundo” (Lisboa, 2008, p. 1). A proporção maior de mulheres pobres é decorrente das desigualdades presentes no acesso feminino às oportunidades econômicas e sociais (Lisboa, 2008; Mageste, 2008), assim como às políticas e culturais (Mageste, 2008). Essas desigualdades po-

dem ser atribuídas aos papéis específicos designados ao homem (dominador) e à mulher (submissa) por uma sociedade caracterizada pela estrutura patriarcal (Melo, 2009).

A condição da mulher na sociedade é marcada por desigualdades quando comparada à do homem, principalmente no que tange às oportunidades de emprego e ao acesso à educação, à remuneração, à liberdade de expressão e ao poder (Pandey, 2013). Se, de um lado, o poder no âmbito das relações de gênero reflete a dominação masculina sobre as mulheres, de outro, pode-se retratar o rompimento da posição de subordinação das mulheres em relação aos homens. A conquista pela mulher de sua própria autonomia reflete o seu empoderamento (Mahadevi, 2013). Nesse sentido, haveria maior igualdade entre as relações de gêneros na socieda-

de (Mosedale, 2005; Lisboa, 2008; Melo & Lopes, 2011).

O empoderamento da mulher não se trata de produto, mas sim de processo contínuo, que atinja várias dimensões da vida da mulher (Melo, 2012; Pandey, 2013). Segundo o que foi concluído no Fórum Econômico Mundial (2005), o processo de empoderamento das mulheres é constituído por alguns fatores, como participação econômica, oportunidade econômica, empoderamento político, avanço educacional, saúde e bem-estar. É importante também considerar o modelo de empoderamento proposto por Melo (2012), uma vez que apresenta dois fatores diferentes do modelo proposto pelo FEM (2005): subjetivo e cultural.

Desde 1948, a igualdade de gênero foi reconhecida na Declaração Universal de Direitos Humanos (Moreira, Lima, & Lopes, 2011). No Brasil, observa-se, a partir de 1990, a criação de programas de transferência de renda pelo governo. Um deles é o Programa Bolsa Família (PBF) (Mariano & Carloto, 2009), criado em 2004. Destina-se principalmente às mulheres/mães que estão em situação de pobreza e extrema pobreza. Além da transferência de renda, o PBF visa promover o acesso das famílias à saúde, à educação e à assistência social (Brasil, 2004).

Em segundo plano, alguns autores acreditam que esse tipo de política pública pode desencadear mudanças em outros âmbitos na vida do beneficiário. Como no caso das favorecidas de política pública de transferência de renda, pode contribuir para reduzir as desigualdades de gênero e de raça, a violência contra as mulheres e as diferenças econômicas. Pode proporcionar melhorias

na saúde e na educação, e ainda, desencadear o processo de empoderamento das mulheres (Heise, Lutz, & Ranganathan, 2013; Amaral & Monteiro, 2013; Natali, Handa, Paterman, Seidenfeld, & tempo, 2016).

Diante dos possíveis efeitos colaterais das políticas públicas brasileiras no empoderamento quanto às relações de gênero, a pergunta que norteou este estudo foi: O PBF impacta o empoderamento das mulheres beneficiárias? Para responder a essa pergunta, o seguinte objetivo foi traçado: Analisar se o PBF impacta o empoderamento das mulheres beneficiárias em um município mineiro, na percepção delas.

Estudos realizados por Moreira, Lima, e Lopes (2011) e Moreira e Matta (2013) demonstraram que o PBF tem influência positiva no empoderamento das mulheres. No entanto, não atinge todas as dimensões de empoderamento (Moreira, Lima, & Lopes, 2011). No estudo realizado por Moreira et al. (2013), observou-se que também há influências positivas do PBF no empoderamento feminino, mas elas dependem do nível de escolaridade das mulheres. O impacto mais significativo do PBF no empoderamento foi para aquelas com ensino fundamental completo (Moreira et al., 2013). Este estudo corroborou os achados dos estudos de Moreira, Lima, e Lopes (2011), salientando-se que houve empoderamento das beneficiárias do PBF, sem, no entanto, atingir todos os fatores.

Academicamente, esta pesquisa justifica-se por completar estudos realizados sobre o tema no Brasil, principalmente as pesquisas realizadas no âmbito da Administração, como os estudos de Moreira, Lima, e Lopes

(2011), Moreira e Matta (2013) e Moreira et al. (2013), apresentados nos eventos da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (Anpad). No âmbito social, é importante pesquisar se essas políticas ajudam a mudar as desigualdades presentes na sociedade (Costa, 2008; Moreira & Matta, 2013), devido à ampla presença dessa temática no campo das políticas públicas (Moreira, Lima, & Lopes, 2011). No âmbito organizacional, justifica-se avaliar a efetividade de um programa governamental quanto às mudanças provocadas na sociedade (Malhotra & Schuler, 2005).

Este artigo está estruturado em seis partes, incluindo esta introdução, em que se apresentam a contextualização do tema, o problema da pesquisa, os objetivos e a justificativa. Na segunda parte, aborda-se o referencial teórico, que foi dividido em empoderamento e PBF. Na terceira, descreve-se o percurso metodológico adotado, que se caracterizou como estudo descritivo, com abordagem qualitativa. Na quarta, apresentam-se e analisam-se os resultados e, na quinta, as considerações finais, seguida pelas referências.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este tópico aborda as considerações teóricas sobre o empoderamento e o PBF, que sustentaram a busca e análise dos dados obtidos referentes aos efeitos desse programa na vida das mulheres pesquisadas.

Empoderamento

O processo de empoderamento das mulheres está centrado nas relações de gênero e de poder (Mosedale, 2005; Lisboa, 2008;

Melo & Lopes, 2011), bem como no rompimento de uma posição social de subordinação em contextos específicos (Bourdieu, 2007; Lisboa, 2008; Melo & Lopes, 2011).

Com base nesse pressuposto, a relação de gênero pode ser entendida como a maneira como homens e mulheres são socializados por seu núcleo familiar, em um contexto social de normas, representações, valores e crenças (Bourdieu, 2007). Segundo Saffioti (2008), os homens são incentivados a se comportar de maneira valente e agressiva, além de prover materialmente a casa. Todos esses comportamentos visam demonstrar sua masculinidade. Já as mulheres são incentivadas a ser submissas ao marido, a suportar maus-tratos dos companheiros e a cuidar da casa e dos filhos. Importa lembrar que esses comportamentos, tanto masculino quanto feminino, são característicos de uma sociedade (Freyre, 2003), como, no caso, brasileiro, essencialmente patriarcal.

O termo empoderamento começou a ser utilizado ainda na década de 1970, pelo movimento feminista, que significava o desejo por mudanças radicais de processos e de estruturas capazes de diminuir a subordinação das mulheres em relação ao gênero, passando a ter autonomia no que tange aos aspectos de sua vida (Costa, 2004; Lisboa, 2008). Naraya (2002) menciona que o empoderamento é o direito de as mulheres agirem visando moldar a própria vida.

Ressalta-se que, em algumas circunstâncias, o termo empoderamento trata do controle que as pessoas passam a ter sobre a própria vida, projetando o futuro segundo sua vontade. Em outras circunstâncias, assume o sentido de “emancipação,” que consiste no

controle e na busca de poder social ou político (Deere & León, 2002). Nesse contexto, o poder assume o sentido de rompimento com a estrutura patriarcal. A mulher passa a ter mais poderes sobre si mesma e mobiliza-se em busca de melhorias para a sua condição. Busca mudar a condição de desigualdades entre os gêneros, principalmente no que tange às oportunidades de emprego, de acesso à educação, de remuneração, de liberdade de expressão e de poder (Pandey, 2013).

Para Laufer (2003, p. 130), “a divisão desigual do trabalho familiar e doméstico pesa sobre as desigualdades entre os homens e as mulheres no mercado de trabalho e limita a autonomia das mulheres.” Conforme ressalta Melo (2009), além das dificuldades oriundas da estrutura patriarcal, a mulher tem de conciliar as atividades domésticas com as atividades externas, recebendo, ainda, baixa remuneração para trabalhos que são equivalentes aos dos homens.

Visando contribuir para o rompimento da posição social de submissão da mulher em relação aos homens e, conseqüentemente, para que elas alcancem o empoderamento, o Estado brasileiro criou políticas destinadas a elas (Medeiros & Costa, 2008). Na perspectiva de algumas ONGs e do Banco Mundial, o empoderamento funciona como estratégia para reduzir a pobreza (Petesch, Smulovitz, & Wolton, 2005; Lisboa, 2008) e alterar as relações de poder (Lisboa, 2008; Melo, 2012). Entretanto, Arnfred (2001) já chamava atenção ao enfoque dos governos na questão do empoderamento das mulheres, que pode, em algumas circunstâncias, tornar-se um entrave para a real solidificação desse processo. Ressalta-se que mudanças na condição de pobreza das pesso-

as não as tiram da condição de exclusão na sociedade. Para que haja o empoderamento, faz-se necessário que as pessoas parem de se posicionar como excluídas (Barreto & Paula, 2014).

Por esse motivo, o empoderamento das mulheres ocorre quando elas conseguem imaginar seu contexto de modo diferente, a ponto de alterar as relações de poder que as conduzem à pobreza, restringem sua voz e as privam de autonomia (Eyben, 2013).

Segundo o Fórum Econômico Mundial – FEM (2005), apesar dos intensos esforços de agências e organizações e dos resultados significativos, a igualdade de gênero apresenta um quadro crítico. Trata-se de uma conquista lenta e desafiadora (Costa, 2004; Melo & Lopes, 2011), pois requer não apenas políticas públicas, mas também mudanças nos âmbitos individual, familiar, da comunidade, das escolas e dos processos público e organizacional.

Verifica-se, então, que o empoderamento é um processo (Melo, 2012) que passa por fases preliminares e envolve a conscientização da conjuntura (Deere & León, 2002) e a vontade de mudá-la por meio de ação. O empoderamento é um processo que abrange o econômico, o social, o político e o poder pessoal, sendo este último o centro do processo de empoderamento feminino (Kokatanur, 2013).

Segundo Stromquist (1997) e Costa (2004), o processo de empoderamento é constituído pelas dimensões cognitivas, psicológicas, políticas e econômicas. A dimensão cognitiva refere-se à conscientização da mulher quanto à sua posição de subordinação e a

suas causas, além da tomada de decisão, mesmo que elas venham a contradizer as exigências culturais e sociais. A dimensão psicológica está relacionada aos sentimentos das mulheres. Eles, quando colocados em prática, mudam a condição da mulher nos âmbitos individual e social (Stromquist, 1997; Costa, 2004). A dimensão política consiste na capacidade de a mulher fazer análises do ambiente, nos campos político e social, organizar-se e desencadear mudanças sociais (Stromquist, 1997; Costa, 2004). A dimensão econômica diz respeito à independência financeira da mulher, a qual dá suporte à dimensão psicológica (Stromquist, 1997; Costa, 2004).

O FEM (2005) propôs cinco dimensões para a análise do processo de empoderamento e das possibilidades de oportunidade para as mulheres, com base em padrões de desigualdade percebidos e vivenciados entre homens e mulheres, como participação econômica, oportunidade econômica, empoderamento político, avanço educacional e saúde e bem-estar. A participação econômica das mulheres evidencia-se em sua atuação no mercado de trabalho e consequente aumento da renda familiar, redução da pobreza e remuneração em termos igualitários à do homem. A oportunidade econômica está intrinsecamente relacionada à qualidade do envolvimento das mulheres no mercado de trabalho e à oportunidade de carreira. Empoderamento político é a representação equitativa das mulheres em estruturas de tomada de decisão, sejam elas formais ou informais, e de mobilização para alterar a sua realidade. O avanço educacional consiste no acesso da mulher à formação de qualidade, contribuindo para alcançar êxito na carreira, adquirindo cargos altos e bons

salários. Saúde e bem-estar estão relacionados à nutrição adequada, a cuidados com a saúde e a facilidades produtivas, além de questões de segurança, indispensáveis à integridade pessoal.

Melo (2012) propôs um modelo de análise de empoderamento para mulheres gestoras, com base em uma pesquisa realizada com gerentes dos setores bancário, industrial e de informática, em Belo Horizonte. Esse modelo consiste em analisar o empoderamento com base em seis fatores: *cognitivo-analítico* – relacionado aos componentes do saber, conhecer e reconhecer, aliado à conscientização da mulher quanto à sua qualificação; *subjetivo* – considera aspectos relacionados a autoconfiança, autoestima, autodeterminação e crença na própria capacidade; *político* – refere-se ao acesso de representação e direção, à consciência das diferenças entre gênero e à construção de alianças e estratégias para o desenvolvimento da carreira e a busca de autonomia profissional; *econômico* – envolve a realização de atividades rentáveis que garantam independência financeira; *social* – consiste em promover mudanças nas relações patriarcais, como reconhecimento familiar e organizacional; *cultural* – refere-se às relações de poder na sociedade quanto ao gênero, à classe social, à raça, à cultura e à história. A autora pondera que o processo de empoderamento se dá de diferentes formas, não existindo um padrão, pois depende da experiência de vida da mulher, de sua subjetividade e de seu contexto social.

Mesmo considerando que o modelo de empoderamento de Melo (2012) foi desenvolvido para mulheres gestoras, percebeu-se que ele apresenta elementos de empoderamento social e econômico, concebidos com um ní-

vel de abrangência que contribui para uma análise de práticas sociais.

Programa Bolsa Família (PBF)

O Programa Bolsa Família (PBF) apoia-se na transferência de renda. Destina-se a famílias, principalmente às mulheres em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil (Novellino, 2004). Foi criado pela Lei 10.836, de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004, com os seguintes objetivos: combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional das famílias mais pobres; promover o acesso dessas famílias à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; e promover a emancipação sustentada das famílias atendidas (Brasil, 2010a).

Alguns autores, diante de alguns princípios de igualdade apresentados pelo programa, acreditam no seu potencial de também influenciar beneficentemente outros subtemas, como desencadear o processo de empoderamento das mulheres (Gomes, 2011), reduzir as desigualdades sociais e raciais, e o trabalho infantil (Soares & Silva, 2010).

Em outros países, como a África, também se crê no potencial de as políticas públicas de transferência de renda contribuírem para suscitar mudanças positivas em outros aspectos sociais (desigualdades econômica e de gênero, e falta de oportunidades educacionais), indo além dos objetivos centrais do programa (Heise, Lutz, & Ranganathan, 2013).

No PBF, para receberem os benefícios, é necessário que as famílias cumpram com

alguns compromissos/condições nas áreas da saúde (apresentação do calendário vacinal – crescimento e desenvolvimento das crianças –, registro do pré-natal), da educação dos filhos e da assistência social (matrícula e frequência escolar mensal). Os valores dos benefícios transferidos às famílias variam entre os benefícios básicos: variável vinculado ao adolescente e variável de caráter extraordinário (Brasil, 2010b).

Em relação aos programas sociais, a mulher se tornou representante do grupo familiar por ser beneficiária como, por exemplo, do PBF. Assim, ela é notada pela ligação entre o ser mulher e o ser mãe, que cuida da casa (Mariano & Carloto, 2009). Nesse contexto, esses programas impactam sua condição social no âmbito do consumo das famílias, devido ao aumento do poder de compra que passou a ter, exceto quanto à alteração em seu papel no ambiente familiar, pois nele a autoridade feminina permanece restrita (Agende, 2006). Representa mais um acúmulo de trabalho imposto à mulher do que modificações nas relações de poder (Gomes, 2011), uma vez que o programa exige a manutenção de papéis sociais conservadores atribuídos a ela.

Cabe ressaltar ainda que essa sobrecarga de trabalho no seio familiar acaba por impedir que a mulher tenha tempo disponível para se inserir no mercado de trabalho e em outros espaços sociais (Gomes, 2011; Døepke & Tertilt, 2014). Segundo alguns autores, o PBF não favorece significativamente a integração das beneficiárias no mercado de trabalho e em ocupações de melhor qualidade, pois o programa enfatiza o papel social atribuído a elas ao longo dos tempos, de mãe e de cuidadora, o que pouco influencia

na sua autonomia econômica (Sorj & Fontes, 2010).

Diversos autores também questionam esse tipo de política, ressaltando que a maior expectativa desse programa é amarrar as pessoas na posição em que estão e mostrar que preenchem a condição de pobreza necessária para receberem algum tipo de assistência (Lo Vuolo et al., 2004; Barreto & Paula, 2014). Por esse motivo, o conceito de pobreza adotado não deveria ser o que discrimina os pobres, mas aquele que evita que as pessoas transitam pelos caminhos que levam à pobreza (Lo Vuolo et al., 2004).

Entretanto, Cornwall e Edwards (2015) apontam que algumas políticas públicas de transferência de renda destinada a mulheres podem contribuir para reduzir a violência física contra elas no cerne familiar, pois o dinheiro diminui o estresse nessas relações e lhes garante certa autonomia econômica nesse contexto. E ainda pode colaborar para que elas adentrem no mercado de trabalho e, conseqüentemente, conquistem a emancipação econômica (Natali et al., 2016) e outros espaços sociais (Doepke & Tertilt, 2014).

Diante dessas considerações teóricas traçadas, delimitou-se o seguinte percurso metodológico de pesquisa para a análise proposta sobre os possíveis impactos da PBF no empoderamento de mulheres.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada em Alto Rio Doce, município mineiro localizado na Zona da Mata, entre as cidades de Barbacena e Ubá (Minas Gerais, Brasil). O Alto Rio Doce

tem cerca de 12.200 habitantes (IBGE, 2010), 2.235 dos quais estão cadastrados no PBF.

A pesquisa caracterizou-se como estudo de campo, descritivo e com abordagem qualitativa. A unidade de análise ficou constituída de mulheres beneficiadas pelo PBF. Os sujeitos foram 12 beneficiárias do PBF, definidas pelo critério de acessibilidade (Vergara, 2009). A técnica de coleta de dados foi por meio de entrevistas. A entrevista buscou descobrir o que os entrevistados fazem, pensam ou sentem (Collis & Hussey, 2005).

Os dados foram coletados até que houvesse a saturação deles (Gil, 2009) e tratados por meio da análise de conteúdo, que, segundo Bardin (2008), divide-se nas seguintes etapas: pré-análise; exploração do material, e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A primeira consistiu, basicamente, na fase de organização, buscando deixar de forma operacional e sistematizada as ideias iniciais. A segunda, denominada “exploração do material”, compreendeu a “aplicação sistematizada das decisões tomadas”; ou seja, “são operações de codificação, decomposição e enumeração”. Na terceira, os dados foram tratados a fim de torná-los significativos. Para tanto, criaram-se categorias de análise, considerando as dimensões do modelo de empoderamento social proposto pelo FEM (2005) e os fatores cultural e subjetivo, como proposto por Melo (2012). Ressalta-se que os fatores do modelo de Melo (2012) foram analisados para completar o modelo do FEM, o que possibilitou a apresentação dos dados de forma condensada e expôs, ainda, algumas informações fornecidas pelas entrevistadas na íntegra (Bardin, 2008, p. 127).

ANÁLISE DE DADOS

Quanto ao perfil das mulheres pesquisadas: idade entre 36 e 40 anos, casadas, religião católica, brancas, renda mensal de até R\$ 678,00 (podendo a renda familiar chegar a R\$ 1.356,00), a maioria tem três filhos, mora com mais três pessoas na casa e habita áreas urbanas do município.

Este estudo apontou que, para se inserirem no PBF, as entrevistadas tiveram de apresentar alguns documentos ao órgão presente no município, denominado Cadastro Único, para efetuarem a inscrição. Logo após o cadastramento, ficaram aguardando a chegada do cartão, por meio do qual recebem o benefício. Durante o processo, não houve dificuldades, segundo algumas entrevistadas, além de terem sido feitas poucas exigências a elas. Todavia, mais da metade delas teve de esperar por um período mais longo de tempo pela chegada do cartão para começarem a receber o benefício.

Eu levei os documentos e, chegando lá, ele me cadastrou. [...] Tive facilidade para cadastrar. Eu não posso reclamar. Eu tive facilidade. [...] respondi umas perguntas sobre minha renda. Aí, esperei chegar o cartão. (E01)

Entre as exigências feitas às entrevistadas para se cadastrarem no PBF, destacam-se: ser de família de baixa renda, manter os filhos na escola, apresentar a declaração escolar dos filhos, assim como os documentos da família.

Ah! a única coisa era baixa renda, né! A única coisa que eles falava, informava tudo, era sobre isso, né. A baixa renda só. (E06)

Destaca-se que, no quesito renda familiar, a maioria das entrevistadas declarou, no momento do cadastro, que tinha renda familiar inferior ao montante real, visando garantir seu cadastro no PBF. Se, de um lado, essa omissão faz com que não percam o benefício, de outro, elas permanecem na condição de baixa renda (excluídas), o que confirma a ideia de Arnfred (2001), Lo Vuolo et al. (2004) e Barreto e Paula (2014): a perpetuação das desigualdades entre gêneros e classes.

Participação econômica

Este estudo mostrou que a participação econômica das mulheres está relacionada, principalmente, ao aumento da renda familiar após ingressarem no PBF.

Ao discorrerem sobre as mudanças proporcionadas pelo PBF em suas vidas e as dos familiares, mais da metade das entrevistadas ressaltou que conta com o dinheiro recebido, por meio do programa, para ajudar nas despesas da casa. Em alguns casos, as mulheres até arcam com as despesas do lar sozinhas. Percebeu-se ainda que, antes de receberem a bolsa família, a colaboração financeira delas nas despesas da família era muito restrita ou praticamente nula.

Não, não, como diz, não tinha condições, não tinha benefício. Agora, como diz, agora que dá para ajudar um pouco. (E03)

Além de ajudarem nas despesas da família, segundo algumas entrevistadas, houve mudanças no hábito de consumo, principalmente no que se refere à alimentação mais diversificada dos membros da família.

Ah! ajudou bastante, porque antes não podia ter alguma coisinha assim, a mais. O que os filhos queriam não tinha condições. Hoje, graças a Deus, até que tem. (E02)

Muitas entrevistadas relataram que, ao participarem do PBF, sua vida se tornou mais fácil financeiramente. Ajudam nas despesas de casa e compram material escolar para os filhos. Ou seja, segundo elas, houve certo equilíbrio financeiro na família após sua participação no PBF. Algumas delas relataram que se tornaram independentes financeiramente após sua inserção no programa. Verifica-se, por meio dos extratos das falas, certa autonomia financeira.

[...] hoje eu tenho o meu dinheiro. Gasto do jeito que eu quero. Não preciso pedir opinião pra ninguém. Faço do meu dinheiro o que eu quero. (E04)

Outras entrevistadas, entretanto, ressaltaram aspectos negativos quanto ao benefício recebido do PBF. Nesse contexto, alguns jovens e homens não querem mais trabalhar, passando a sobreviver apenas com o dinheiro recebido do programa.

Piorou para alguns, sim. Pra mim, não. Pra mim, melhorou. Pra alguns, pra algumas famílias, porque alguns homens deixaram de trabalhar, porque tem o benefício todo mês pra manter a despesa. Mas pra mim mudou muito. (E07)

Com base nos resultados da pesquisa, é importante salientar que o PBF impacta mais a condição social da mulher no contexto do consumo das famílias, devido a seu aumento do poder de compra, do que na autoridade feminina no âmbito familiar (Agende,

2006; Mariano & Carloto, 2009; Sorj & Fontes, 2010; Gomes, 2011; Doepke & Tertilt, 2014).

Percebeu-se que mais da metade das pesquisadas não trabalhava antes de participar do PBF. Já as demais trabalhavam, apesar de as oportunidades de emprego serem muito restritas, no que se refere tanto à natureza do trabalho quanto à oferta de empregos no município em questão. As entrevistadas relataram que aumentou o número de mulheres que trabalhavam fora de casa mesmo após a inserção delas no PBF embora as oportunidades de trabalho ainda permanecessem restritas.

Às vezes, sim; às vezes, não. Porque aqui é um lugar pequeno, não tem muito campo de trabalho e eu não sou efetiva. Trabalho quando tenho oportunidade. Quando não tenho, eu não trabalho. (E07)

É importante salientar que o produto interno bruto (PIB) da cidade de Alto Rio Doce está pautado principalmente na agropecuária (IBGE, 2010). Dessa forma, o baixo envolvimento das mulheres pesquisadas no mercado de trabalho pode se justificar pelas reduzidas oportunidades profissionais presentes no município. Conforme argumentam Heise, Lutz, e Ranganathan (2013), as possíveis influências de políticas públicas em vários aspectos da vida da mulher dependem do contexto social em que são inseridas.

Notou-se que a participação econômica das entrevistadas foi o fator mais recorrente em seus discursos quanto ao empoderamento proporcionado após sua inserção no PBF. Pode-se dizer que elas tiveram, efetivamente, uma participação econômica ativa após

ingressarem no PBF.

Por esse motivo, percebe-se certa alteração de papéis dos homens e das mulheres, uma vez que elas passaram a prover a casa, não restringindo suas tarefas apenas ao cuidado do lar e dos filhos. É importante ressaltar que essa mudança é mínima, pois os resultados apontam que as oportunidades de trabalho da mulher ainda são restritas e precárias (Melo, 2009), reafirmando a divisão de papéis entre homens e mulheres na sociedade (Saffioti, 2008; Moreira, Ferreira, & Matta, 2013).

Oportunidade econômica

Observou-se que a maioria das entrevistadas não soube aproveitar a oportunidade econômica, pois não houve demonstração de interesse em se qualificar, fazer cursos... Elas mantiveram a prática de desenvolver tarefas que despendiam apenas de esforços físicos.

[...] Não faço cursos. Não tenho interesse.
(E01)

Não qualifico. Não gosto de fazer cursos.
(E07)

Não se pode dizer que elas se utilizaram de determinada oportunidade econômica, pois, segundo o FEM (2005), isso está relacionado à qualidade do envolvimento econômico das mulheres no mercado de trabalho e à chance de construir carreira. A falta de empoderamento das mulheres pesquisadas no que se refere à oportunidade econômica pode estar relacionada ao baixo índice de alfabetização, conforme salienta Pooja (2013). Para o autor, a baixa escolaridade

pode ser um entrave para o empoderamento delas. Também pode estar relacionada às seguintes dificuldades: romper com os papéis atribuídos aos homens e às mulheres pela sociedade; ter de conciliar as atividades domésticas com as atividades externas; receber baixa remuneração para trabalhos equivalentes aos dos homens (Melo, 2009).

Outros autores acreditam que o PBF não favorece significativamente a integração das beneficiárias no mercado de trabalho e em ocupações de melhor qualidade, pois o programa enfatiza o papel social atribuído às mulheres ao longo dos tempos, de mãe e de cuidadora, o que influencia negativamente na sua autonomia econômica (Sorj & Fontes, 2010).

Empoderamento político

O empoderamento político é a representação equitativa de mulheres em estruturas de tomada de decisão, sejam elas formais ou informais. Relaciona-se à capacidade de alterar a realidade (FEM, 2005). A maioria das entrevistadas não tomava decisões referentes aos aspectos familiares nem mesmo relativas à sua própria vida. De acordo com seus discursos, o posicionamento familiar e social que predominava no cerne da família estava alicerçado nos padrões patriarcal presentes na sociedade. Porém, ao se inserirem no PBF, houve alterações no posicionamento familiar, e elas passaram a ter mais autonomia sobre si mesma e sobre seu ambiente familiar.

Decidem mais, sem ter que ficar esperando a decisão do marido. Elas decidem mais por elas. (E10)

O estudo apontou, também, que a maioria das entrevistadas recebeu ajuda ou influência de outras pessoas da sociedade para se inserirem no PBF, por exemplo, orientações de como fazer o cadastro, do que teriam que levar para se cadastrarem, sobre o local que deveriam comparecer e as exigências que faziam no momento do cadastro.

Eu tive, uns amigos, igual assim, eu estava com uma filha de dez meses e outra na barriga, assim, praticamente sem marido, meus pais muito sacrificados. Aí, meus colegas me falaram para eu cadastrar no Bolsa Família. (E11)

O empoderamento político percebido com base nessa análise foi bastante restritivo. Notou-se que as mulheres pesquisadas passaram a ter mais controle sobre sua própria vida e a de sua família. Entretanto, não houve nenhuma mobilização delas na busca por melhorias para alterarem a realidade na qual estavam inseridas, pois, conforme salientam alguns autores, para que haja o empoderamento das mulheres é necessário haver mobilização para mudar a própria realidade (Stromquist, 1997; Deere & León, 2002; Costa, 2004; Lisboa, 2008; Kokatanur, 2013). O PBF foi uma concessão do Estado sem prévia conscientização e mobilização das mulheres para a obtenção da ajuda financeira. Verifica-se, então, a manutenção do patriarcalismo e da figura do Estado protetor. Segundo Cornwall e Edwards (2015), para que haja mudanças mais profundas na condição desigual da mulher na sociedade, são necessários programas e políticas inovadoras e mais abrangentes, e ainda que as mulheres participem da elaboração deles, ou seja, as políticas e os programas devem sair da base para o topo.

Realizou-se uma análise profunda das dimensões do empoderamento da mulher, proposta pelo FEM (2005). Entretanto, não foram identificados no discurso das mulheres entrevistadas aspectos relacionados ao avanço educacional e à saúde e ao bem-estar delas. Com base nisso, percebeu-se que dois fatores propostos por Melo (2012) poderiam ser acrescentados: subjetivo e cultural.

Fator subjetivo

Em relação ao fator subjetivo, considerou-se a presença da autoconfiança, da autoestima, da autodeterminação e do significado da atividade para as entrevistadas, além da crença em sua capacidade (Melo, 2012). Notou-se que elas apresentavam baixa autoestima antes de participarem do PBF, devido às restrições financeiras que vivenciavam, além de serem muito dependentes de ajuda financeira de outras pessoas. Após se inserirem no PBF, essa situação foi alterada. A maioria das entrevistadas passou a se sentir mais autoconfiante, devido à independência financeira conquistada.

Autoestima muito baixa, porque eu não, eu não podia contar com aquele dinheiro, e era só o dinheiro do meu esposo. Então, a minha... eu ficava assim, [...] virava o mês e eu não tinha um trocadinho lá pra mim. (E07)

Para algumas entrevistadas, o PBF impactou positivamente sua autoestima. Salientaram, ainda, que o PBF deu oportunidade financeira para a maioria delas. Verificou-se, assim, que o empoderamento subjetivo das mulheres beneficiadas pelo PBF mostrou-se presente por terem conquistado certo nível de

autoestima elevada e autoconfiança, além de assumir o sentido de emancipação proposto por Deere e León (2002). Salienta-se que o empoderamento subjetivo dessas mulheres pode estar atrelado, conforme salientam Stromquist (1997), Costa (2004), Cornwall e Edwards (2015), à independência financeira e à autonomia econômica conquistadas por meio do PBF.

Fator cultural

O fator cultural foi analisado com base na percepção das entrevistadas no que tange a relações de poder, classe social, raça e cultura (Melo, 2012). Segundo a maioria das entrevistadas, antes da adesão ao PBF, elas estavam sujeitas à tomada de decisões dos cônjuges. Mencionou-se, também, que às vezes eram desvalorizadas pelo grupo social devido à situação de submissão que vivenciavam. Após participarem do PBF, a maioria das entrevistadas passou a ter poder de decisão em sua família no que tange aos filhos, a si mesma e às coisas do lar.

No que se refere à ascensão social, após se tornarem beneficiárias do PBF, a maioria das entrevistadas relatou ter ascendido socialmente. Algumas perceberam em maior grau de promoção e outras em menor grau.

Ah! hoje mudou tudo. A mulher... a mulher eu acho que ela manda mais que o homem, né ? [...] (E02)

Entretanto, após receberem a bolsa família, aumentou seu poder de decisão no seu espaço, e passaram a decidir mais que os homens, tornando-se valorizadas.

A mulher é lutadora, né. Ela corre atrás

das coisas. Com certeza, a bolsa família mudou. (E05)

Essa ampliação do poder de decisão das mulheres, adquirindo a possibilidade de decidirem mais a respeito de si mesmas e de suas famílias, condiz com a proposição de Mariano e Carloto (2009), Natali et al. (2016), Doepke e Tertilt (2014) de que as mulheres se tornam representantes do grupo familiar ao se tornarem beneficiárias de programas sociais, iniciando o rompimento da estrutura patriarcal predominante na sociedade brasileira, que, conforme salienta Costa (2004) e Melo e Lopes (2011), consiste em um processo lento e cheio de desafios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa consistiu em analisar se o Programa Bolsa Família (PBF) impacta o empoderamento das mulheres beneficiárias, residentes em um município mineiro, na percepção delas.

Com base nessa pesquisa, percebeu-se que as mudanças desencadeadas pelo PBF na vida das mulheres restringiram-se a melhorias na situação financeira delas, afetaram beneficentemente o consumo das famílias e lhes garantiram certa independência financeira. No que se refere às outras dimensões do empoderamento, notou-se que as oportunidades de emprego dessas mulheres ainda são pequenas e que não houve mobilização delas para mudar a condição de desigualdades que vivenciam. A ampliação do poder de decisão e o elevado nível de autoestima que essas mulheres tiveram estavam relacionados apenas à melhoria da situação financeira proporcionada pelo PBF. Dessa forma, não houve efetivas mu-

danças no modo de pensar (âmbito individual), assim como nos aspectos sociais, políticos, culturais, necessários para que haja o empoderamento feminino. Com base nos resultados deste estudo, constatou-se que os programas de transferências de renda governamentais não garantem que haverá mudanças sociais significativas, pois a melhoria na condição financeira das pessoas não assegura o rompimento da posição social de desigualdade e exclusão.

Constatou-se que não ocorreu empoderamento no sentido amplo das beneficiárias pesquisadas do PBF. Ou seja, não houve mudanças significativas nas relações de gênero como resultado colateral desse programa. O empoderamento restritivo dessas mulheres pode ter ocorrido devido à falta de conscientização e mobilização do grupo para a obtenção do benefício. Notou-se que o PBF foi uma concessão do governo que priorizava mulheres de baixa renda, não podendo ser considerado uma conquista delas visando melhorar sua condição de vida, o que implicaria maior conscientização de suas potencialidades e possibilidades.

Dessa forma, pode-se dizer que houve certa autonomia financeira, com empoderamento relativo na área econômica. Em relação às dimensões propostas pelo FEM (2005), como oportunidade econômica, política, avanço educacional e saúde e bem-estar, verificou-se que não houve mudanças. Por esse motivo, pode-se afirmar que o PBF não contribuiu para o empoderamento das mulheres beneficiadas.

A análise dos dados das entrevistas mostrou que o modelo do FEM (2005) não é suficiente para compreender o processo

de empoderamento feminino no espaço social. Acredita-se que os fatores referentes à subjetividade e à cultura (Melo, 2012) são necessários para maior compreensão do empoderamento feminino no contexto da sociedade. Neste estudo, os fatores subjetivos e culturais mostraram certo impacto na tradição patriarcal, com maior poder de decisão das mulheres no espaço doméstico e, juntamente com esse fato, maior autoestima das mulheres pesquisadas.

Por fim, notou-se que o PBF parece não estar trazendo empoderamento feminino para as beneficiadas, mas sim distribuição de renda, que poderá impactar as demais dimensões do processo de empoderamento ao longo do tempo.

As limitações desta pesquisa estão relacionadas ao pequeno grupo de mulheres estudado e ao fato de ter abrangido apenas um segmento do grupo social dessas mulheres. Dessa forma, sugere-se a realização de pesquisas em outros grupos, aumentando o número de pesquisadas e ampliando as percepções por grupo etário, regional e de escolaridade diferenciada. Além disso, outros segmentos do grupo social dessas mulheres podem ser incorporados ao estudo, favorecendo uma análise mais completa do processo de possível empoderamento de mulheres beneficiárias do PBF. Seria interessante, também, pesquisar o impacto de outros programas governamentais no empoderamento das mulheres, por exemplo, o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Financiamento Estudantil (Fies).

Acredita-se estar contribuindo para que as políticas públicas no Brasil sejam repensadas e melhoradas, para, de fato, promove-

rem a redução das desigualdades presentes, como a de gênero. Identificou-se que o empoderamento econômico não garante o empoderamento psicológico das mulheres de baixa renda, uma vez que não houve mudanças significativas na maneira de pensar e nem de agir no âmbito individual e nem social.

REFERÊNCIAS

- Agende. (2006). *Núcleo de estudos e pesquisa sobre a mulher*. Universidade de Brasília.
- Amaral, E. F. L., & Monteiro, V. P. (2013). Avaliação de impacto das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). *Revista de Ciências Sociais*, 56(3), 531-570.
- Arnfred, S. (2001). *Discussing women's empowerment: Theory and practice*. (Cap. 3, pp. 73-86). Stockholm: Swedish International Development Cooperation Agency.
- Bardin, L. (2008). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barreto, R. O., & Paula, A. P. P. (2014). "Rio da Vida Coletivo": Empoderamento, emancipação e práxis. *Revista Administração Pública*, 48(1), 111-130.
- Natali, L., Handa, S., Peterman, A., Seidenfeld, D., & Tembo, G. (2016). *Making money work: Unconditional cash transfers allow women to save and re-invest in rural Zambia*. Innocenti Working Paper, 2.
- Bourdieu, P. (2007). *A dominação masculina*. (Tradução Maria Helena Kühner. 5a ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Brasil. (2010a). *Guia de controle social*. Recuperado de www.mds.gov.br/bolsafamilia/secretaria-nacional-de-renda-de-cidadania-senarc/biblioteca
- Brasil. (2010b). *Orientação para a fiscalização e controle social do Programa Bolsa Família*. Recuperado de www.mds.gov.br/bolsafamilia/secretaria-nacional-de-renda-de-cidadania-senarc/biblioteca
- Cornwall, A., & Edwards, J. (2015). *How feminist activism can make states more accountable for women's rights*. United Nations Research Institute for Social Development.
- Costa, A. A. A. (2004). *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*. Recuperado de www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf
- Deere, C. D., & León, M. (2002). *O empoderamento da mulher: Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina* (trad. Letícia Vasconcellos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi, Sônia Terezinha Gehering). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Doepke, M., & Tertilt, M. (2014). *Does female empowerment promote economic development?* National bureau of economic research, Working Paper, 19888.
- Eyben, R. (2013). Dando suporte às trilhas do empoderamento de mulheres: Um breve guia para agências internacionais de desenvolvimento. *Revista Feminismos*, 1(2), 1-21.
- Fórum Econômico Mundial (FEM). (2005).

Empoderamento de mulheres: Avaliação das disparidades globais de gênero. Genebra.

Freyre, G. (2003). *Casa-grande e senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia* (481a ed.). São Paulo: Global.

Gil, A. C. (2009). *Como elaborar projetos de pesquisa.* São Paulo: Atlas.

Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresa*, 2(1), 57-63.

Gomes, S. S. R. (2011). Notas preliminares de uma crítica feminista aos programas de transferência direta de renda – o caso do Bolsa Família no Brasil. *Revista Textos & Contextos*, 10(1), 69-81.

Heise, L., Lutz, B., & Ranganathan, M. (2013). Cash transfers for HIV prevention: considering their potential. *Journal of the International AIDS Society*.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010). *Cidades, Minas Gerais, Alto Rio Doce*. Recuperado de <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=310210&search=minas-geraislalto-rio-doce>

Kabeer, N. (2001). *Discussing womens's empowerment: theory and practice.* Stockholm: Swedisch International Deelopment Cooperation Agency.

Kokatanur, R. B. (2013). Gram panchayats and women's empowerment. *Golden Research Thoughts*, 2(8), 1-6.

Laufer, J. (2003). Entre a esfera pública e a esfera privada: Os desafios dos direitos da mulher. In Maruani, M., & Hirata, H. (Orgs.), *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho* (Clevi Rapkiewicz trad.). (pp. 127-137). São Paulo: Senac.

Lisboa, T. K. (2008). O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. *Anais do Seminário Internacional Fazendo gênero 8 – Corpo*, Florianópolis (SC), Brasil, 11.

Lo Vuolo, R., Barbeito, A., Pautassi, L., & Rodríguez, C. (2004). *La pobreza... de la política contra a pobreza.* Buenos Aires: Ciepp.

Louro, L. C. (2010). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.* (8a ed.). Petrópolis: Vozes.

Mageste, G. S. (2008). *Histórias de empoderamento: Um estudo sobre o processo vivenciado por mulheres que ocupam cargos de alto escalão na administração pública e de empresas em Belo Horizonte.* Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte (MG), Brasil.

Mahadevi. M. T. (2013) Women's empowerment and Panchayat Raj. *Golden Research Thoughts*, India, 3(3), 3-4.

Malhotra, A., & Schuler, S. R. (2005). *Women's empowerment as a variable in international development.* In Measuring empowerment. Disciplinary perspectives: The World Bank.

Mariano, S. A., & Carloto, C. M. (2009). Gênero e combate à pobreza: Programa bolsa família. *Revista de Estudos feministas*, 17(3),

901-908.

Melo, M. C. O. L. (Coord). (2004). *A Reestruturação organizacional e seus impactos na função gerencial das enfermeiras em hospitais da rede privada de Belo Horizonte*. 74f. [Relatório de Pesquisa – Núcleo de Relações de Trabalho e Tecnologias de Gestão – NURTEG, Universidade Federal de Minas Gerais, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG], Belo Horizonte.

Melo, M. C. O. L. (Coord). (2009). *Empoderamento de mulheres gerentes: Estudo de casos em empresas do setor bancário, industrial e informática*. 2009. 116f. [Relatório de Pesquisa – Núcleo de Relações de Trabalho e Tecnologias de Gestão – NURTEG, Faculdade Novos Horizontes – Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnologia – CNPQ], Belo Horizonte.

Melo, M. C. O. L. (2012). Mulheres gerentes entre o empoderamento e o teto de vidro. In Freitas, M. E. de & Dantas, M. (Org.) *Diversidade sexual e trabalho*. (pp. 1 - 384). São Paulo: CNL – Cengage/Nacional.

Melo, M. C. O. L., & Lopes, A. L. M. (2011, setembro). Empowerment de mulheres gerentes: Construção de um modelo teórico para análise. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro (RJ), Brasil, 35.

Moreira, C. N., & Matta, I. B. (2013). De um lado este carnaval, do outro machismo total? Reflexões sobre gênero e Programa Bolsa Família. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação*

e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro (RJ), Brasil, 16.

Moreira, C. N., Matta, I. B., Leroy, R. S. D., & Almeida, A. L. T. (2013). Empoderamento, desigualdade de gênero e mobilidade social no Programa Bolsa Família. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro (RJ), Brasil, 16.

Moreira, N. C., Lima, A. A. T. F. C., & Lopes, M. F. (2011). Dimensões do empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro (RJ), Brasil, 15.

Mosedale, S. (2005). Assessing women's empowerment: Towards a conceptual framework. *International Development*, 17(1), 243-257.

Naraya, D. (2002). *Empowerment and poverty reduction: A Sourcebook*. Washington: Word Bank.

Novellino, M. S. F. (2004, setembro). Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. *Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu (MG), Brasil, 14.

Pandey, J. K. (2013). Women empowerment through self help group: A theoretical perspective. *Golden Research Thoughts*, 2(8), 1-4.

Petesich, P., Smulovitz, C., & Wolton, M. (2005). *Evaluating empowerment: a framework with cases from Latin America*. In

Measuring empowerment. Disciplinary perspectives: The World Bank.

Pooja, J. S. (2013). Women empowerment and education. *Golden Research Thoughts*, 3(1), 1-8.

Saffioti, H. I. B. (2008). Violência de gênero no Brasil atual. *Estudos Feministas*, Número Especial, 443-461.

Scott, J. W. (1995). Gênero: Categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, 20(2), 71-99.

Soares, F.V., & Silva, E. (2010). *Programmes and gender vulnerabilities: Case studies of Brazil, Chile and Colombia*. Working Paper,

69.

Sorj, B., & Fontes, A. (2010). *Políticas públicas e a articulação entre trabalho e família: Comparações inter-regionais*. Coleção Cadernos Sempre Viva, Série Economia e Feminismo, 2.

Thorpe, K. (2010). *Minding the gap: Determinants of global gender inequality, a cross-sectional and longitudinal study*. Master dissertation, Georgetown Public Policy Institute, Washington, United States of America

Vergara, S. C. (2009). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.